



JORNALISMO PARA A PAZ: REFLEXÕES SOBRE UMA NOVA FORMA DE SE FAZER NOTÍCIAS

PEACE JOURNALISM: REFLECTIONS ABOUT A NEW WAY OF NEWSMAKING

Diuan dos Santos Feltrin¹

RESUMO: O presente estudo tem o objetivo de apresentar o conceito de jornalismo para a paz: um modelo de prática jornalística que surge no contexto dos estudos para a paz com a finalidade de se contrapor ao jornalismo de guerra e atender às demandas de novos esquemas comunicacionais que têm a construção da cultura de paz como fundamento. Por meio de pesquisa bibliográfica, apresentamos o histórico dos estudos para a paz, seu caráter multidisciplinar e a relação com a comunicação e o jornalismo. Por fim, apresentamos como o jornalismo para a paz pode ser aplicado na prática jornalística e também como suporte metodológico para pesquisas científicas.

Palavras-chaves: Jornalismo para a paz; Jornalismo; Cultura de paz; Construção de notícias.

ABSTRACT: This study aims to present the concept of peace journalism: a way of journalism that emerges in the context of the Peace Studies in order to counteract war journalism and meet the demands of new communication schemes that have the purpose of the construction of a culture of Peace. Through bibliographic research, we present the history of peace studies, the multidisciplinary character and the relationship between communication

¹ Especialista em Docência no Ensino Técnico e Superior, pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba-SP. Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário Toledo, Araçatuba-SP. E-mail: diuan.feltrin01@gmail.com.

and journalism. Finally, we present how peace journalism can be applied in journalistic practice and also as a methodological support for scientific research.

Keywords: Peace Journalism; Journalism; Peace culture; Newsmaking.

1. INTRODUÇÃO

O artigo 7º da Resolução A/RES/53/243 de 1.999 da Assembleia Geral das Nações Unidas² diz: “O papel informativo e educativo dos meios de comunicação contribui para a promoção de uma Cultura de Paz”. Isso nos faz refletir que a comunicação desempenha papel fundamental na edificação da cultura de paz, sobretudo pelo fato de que a agenda social é pautada pelos conteúdos propagados pelos veículos de comunicação.

Por meio de pesquisa bibliográfica, o presente estudo tem como finalidade refletir sobre o chamado *Peace Journalism*, traduzido aqui como Jornalismo para a Paz. O conceito emerge no contexto dos *Peace Studies* que, no período posterior às guerras mundiais, se debruçam sobre a temática da paz em sua dimensão científica e crítica.

Para contextualizar o jornalismo para a paz, apresentaremos um histórico dos *Peace Studies*, partindo da perspectiva de Johan Galtung, o pai fundador do movimento. O filósofo norueguês estudou o cerne da violência, subdividindo-a em três tipologias: direta, estrutural e cultural. Posteriormente, mostraremos que a paz é conteúdo multidisciplinar e pode receber contribuições das mais diversas áreas do saber, incluindo a ciência da comunicação. O jornalismo encaixa-se neste contexto, visto que o produto comunicacional resulta em notícia.

O jornalismo orientado para a paz vai na contramão do chamado jornalismo de guerra e busca apresentar a contextualização dos conflitos, com o antes, o durante e o depois. Mostraremos as distinções entre o jornalismo de guerra e o de paz, com base na representação elaborada por Salinas (2014) com base em Galtung.

Por fim, apresentaremos as possibilidades de aplicação do jornalismo para a paz, tanto no que se refere à prática jornalística profissional quanto à contribuição deste modelo como metodologia para estudos científicos.

2. PARA COMEÇO DE CONVERSA: OS *PEACE STUDIES*

Antes de discorrer sobre o jornalismo para a paz, propriamente dito, é necessário refletir sobre o seu ponto de origem: os *Peace Studies* ou Estudos para a Paz, que surgiram no contexto pós-guerras mundiais com o objetivo de buscar uma epistemologia da paz. Todavia, bem mais do que a contribuição para aprimoramento do pensamento científico, a paz como objeto de estudo parte da pesquisa-ação, visto que sua compreensão pressupõe gestos concretos, voltados à transformação social.

Segundo López Becerra (2000, p. 2), é a partir da década de 1960 que as investigações sobre a Cultura da Paz passaram a “envolver temas como a justiça, a equidade, o bem-estar, os direitos econômicos e sociais e, em alguns casos, o afeto, a solidariedade e outras formas de resolução pacífica dos conflitos”. Esta conceituação provém da criação do Instituto para a Paz de Oslo, Noruega, um marco no que tange aos *Peace Studies*, encabeçado pelo filósofo e matemático Johan Galtung, considerado um dos maiores expoentes das pesquisas para a paz.

Em seus estudos, Galtung (2003) subdivide a violência em três tipologias: direta, estrutural e cultural. Antes de abordar as complexidades que permeiam a violência cultural, bem como sua intrínseca relação com a sociedade, o filósofo explica as duas primeiras tipologias, que são legitimadas pela violência cultural. Na *violência direta*, segundo ele, o agressor é facilmente identificado; é a violência que deixa marcas, sobretudo físicas. Com isso, o autor compreende que a violência também pode acontecer mesmo sem a existência de agentes específicos (agressores), o que ele define como *violência estrutural* ou *indireta*.

Cabral e Salhani (2017, p. 2) explicam que, na violência estrutural, “os agressores estão diluídos por trás de estruturas sociopolíticas, econômicas e culturais desiguais que produzem desemprego, vítimas de crises financeiras, vítimas da fome, da violência policial ou do sistema patriarcal”.

A violência cultural, por sua vez, emana de diversos acontecimentos provenientes dos processos históricos e de formação social. Nós não podemos identificar as vítimas e os agressores, mas esta violência se faz presente nos discursos sociais, nos produtos culturais e, sobretudo, nos comportamentos apreendidos, o que legitima as outras tipologias (CABRAL; SALHANI, 2017). Traduz-se, por exemplo, nos preconceitos praticados no dia a dia, mascarados sob o véu da normalidade³.

³ A violência cultural é assimilada socialmente e existe o que podemos chamar de uma educação para a violência, visto que padrões de comportamento vão sendo propagados e transmitidos com o tempo. Mas, se a violência pode ser transmitida culturalmente, a paz também pode desfrutar deste mesmo privilégio. (Grifo do autor).

Galtung (2003, p. 12) faz uma intersecção entre as três tipologias de violência e afirma: “A violência direta é um *acontecimento*; a violência estrutural é um *processo* com seus altos e baixos, e a violência cultural é uma *constante*, que se mantém basicamente igual durante longos períodos, dadas as lentas transformações da cultura básica” (tradução do autor).

Com esta compreensão acerca dos três tipos de violência, podemos nos referir aos *Peace Studies* como iniciativas empenhadas em conceder respostas às interrogações sobre as causas que desencadeiam ações violentas, bem como apresentar propostas que incidam sobre à sua superação, para fazer valer os preceitos de uma *cultura de paz*. “Os estudos para a paz são considerados uma área das ciências sociais aplicadas e têm como objeto de estudo a exploração científica da paz, visando à redução da violência” (CIANO; NÓS ALDAS, 2000 apud CABRAL; SALHANI, 2017).

Mas, para compreender os elementos que opõem a cultura de paz e a cultura de violência, é necessário extrair o significado do conceito *paz*, reduzido por muitos como simplesmente ausência de guerras. Pureza (2000) recorre a Galtung, que em 1984 extraiu do conceito duas ramificações: *paz negativa* e *paz positiva*. O autor norueguês equiparou esta definição à área da saúde, explicando que nela, o conceito *saúde* supera a ausência de doenças e abrange, também, a manutenção de um corpo saudável e pleno, que resista aos males. Igualmente, a paz vai além da ausência de guerras: por paz positiva, compreendemos, portanto, “não somente os entremeios dos conflitos; ela é construída sobre os ideais de equilíbrio, cooperação e integração” (CABRAL; SALHANI, 2017). A paz negativa, por sua vez, é compreendida simplesmente como a ausência de guerras.

Essas definições são cruciais para que compreendamos as complexidades que permeiam os estudos para a paz, principalmente pelo fato de que o entendimento sobre o conceito também se adequa aos discursos culturais, como explica Wiberg (2005, p. 21-22: “As mais diferentes culturas usam o termo *paz* para conotar diferentes combinações de valores, por sua vez, sujeitas a diferentes ênfases relativas: ausência de guerra, bem-estar, justiça (divina), harmonia social, paz interior de cada um, etc”. O autor sueco reitera que as concepções sobre o tema resultaram em controvérsias no decorrer da história dos estudos para a paz, o que justifica esta complexidade. “A história da investigação para a paz é, em grande medida, a história das suas crises” (WIBERG, 2005 p. 23).

Tuvilla (2014) apud Cabral e Salhani (2017, p. 4) classifica a evolução dos estudos para a paz em três correntes: minimalista, intermediária e crítica. A primeira considerava a

paz como a ausência de guerras internacionais, ignorando os conflitos internos, sem jamais questionar os interesses sociopolíticos e econômicos por trás das guerras. A corrente intermediária, por sua vez, já não considerava a paz como ausência de conflitos, mas sim como a ausência de quaisquer sistemas de ameaças, tanto internas quanto externamente. Isso excluía os conceitos de violência estrutural e cultural. Por fim, a corrente crítica, de acordo com o autor citado, incorpora os conceitos dos *Peace Studies* preconizados por Galtung e suas investigações, enfocando todos os aspectos da violência e da paz positiva.

Para Pureza (2000), a trajetória dos estudos para a paz propõe uma transformação significativa na abordagem das relações sociais e, por isso, segundo o autor, a cultura de paz procura fazer valer um “novo senso comum”. Isso nos faz refletir sobre o fato de que, assim como a violência, a paz também pode ser aprendida por meio de uma mudança nas estruturas culturais da sociedade e, como veremos adiante, a comunicação possui papel fundamental neste processo de transformação de mentalidade.

No Brasil, os estudos para a paz ainda são incipientes e não existem muitas pesquisas que versem sobre a temática. Cabral e Salhani (2017, p. 4) citam a tese de mestrado realizada por R. P. Costa (2009), que constatou que a produção de conhecimento científico dos estudos para a paz em âmbito brasileiro é praticamente inexistente. Essa escassez de estudos abre oportunidades para pesquisas provenientes de diferentes áreas do saber, que podem ter a paz como objeto de estudo para compreender diferentes contextos.

3. MULTIDISCIPLINARIDADE: O LUGAR DA COMUNICAÇÃO

Não existe uma ciência única que detenha os estudos acerca do que aqui denominaremos de *peacemaking*, pelo contrário, diversas ciências podem contribuir com conhecimentos sob diferentes enfoques e perspectivas. Galtung (2006), citado por Cabral e Salhani (2017) considera que os *Peace Studies* são interdisciplinares, à medida que promove a conexão entre diversas disciplinas, mas também podem ser multidisciplinares, abarcando uma multiplicidade de saberes. O filósofo compara a ciência da paz aos estudos feministas:

[...] assim como os estudos sobre a mulher tornam as condições de supressão e libertação das mulheres visíveis, os estudos para a paz tornam a paz visível, compreensível e exequível. Nenhuma disciplina acadêmica tem o monopólio da paz, assim como nenhuma disciplina tem o monopólio das mulheres – mas todas têm algo para contribuir (GALTUNG, 2006 apud CABRAL; SALHANI, 2017, p. 5).

Neste sentido, podemos inferir que todos os campos do conhecimento podem contribuir para fomentar uma compreensão mais aprimorada acerca da temática paz e, portanto, a comunicação ocupa lugar privilegiado neste processo. Outra perspectiva que confere à comunicação um bom status no que se refere à propagação dos conceitos de paz é sua habilidade de determinar a agenda social. Conteúdos apresentados pelos meios de comunicação influenciam sobremaneira o debate público. Em contrapartida, informações que forem omitidas pelos veículos, dificilmente acarretarão impactos sociais (CABRAL; SALHANI, 2017).

A notícia é o principal produto dos veículos de comunicação e, portanto, no contexto capitalista passou a ser enxergada como mercadoria, capaz de render lucro ou prejuízo às empresas de comunicação. Em seu estudo, Medina (1998) analisou esta dimensão mercadológica da notícia no Brasil. Percebemos que este pensamento é comum na grande imprensa mundial, o que faz com que os valores-notícia sejam guiados com base em preceitos empresariais.

Na cobertura de situações de conflito, por exemplo, as organizações midiáticas podem contribuir para naturalizar a cultura de violência, a depender do enquadramento escolhido. Por outro lado, os meios também podem ser usados para legitimar a cultura de paz. A comunicação para a paz surge com esta finalidade, e segue na contramão desta padronização noticiosa cuja finalidade é o lucro. Salinas (2014, p. 58) afirma:

Os níveis de violência que os meios de comunicação transmitem, bem como seus efeitos, são coerentes com as estratégias de controle social dos grupos de poder ao afetar a organização coletiva dos cidadãos e seus desejos de participarem dos processos de mudança social. Por exemplo, a redução da sensibilidade à dor e ao sofrimento dos outros favorece o individualismo e a indiferença (tradução do autor).

O autor evidencia ainda mais a ação da comunicação sob o imaginário social e complementa seu pensamento ao explicar que a percepção negativa sobre o mundo gera pessimismo, desconfiança e medo, o que acaba por restringir a participação coletiva e, consequentemente, incide sobre qualquer possibilidade de transformação conjuntural.

A comunicação para a paz, por outro lado, supera esta divulgação de aspectos negativos na medida em que procura cultivar discursos sociais de paz. Ela consiste em uma plataforma onde se mesclam os conceitos dos *Peace Studies*, da comunicação e, também, da resolução de conflitos (SADIG; GUTA, 2011 apud CABRAL; SALHANI, 2017).

Em seu estudo, Vicente (2015) parte do pressuposto de que a comunicação é uma ferramenta estratégica para a análise dos fenômenos sociais e que, portanto, sua abordagem Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 03, n. 01, p. 2-15, jan/jun. 2018.

voltada para a paz deve respeitar as diversidades locais e a pluralidade no processo de superação de conflitos, buscando ações que tenham a paz como finalidade. O pesquisador argumenta que a comunicação para a paz pode contribuir para dar transparência e visibilidade às ações voltadas para o bem-comum em detrimento daquelas voltadas a uma minoria. “A comunicação e a paz ativa seriam assim transformadas em estratégias e ferramentas com ações cada vez mais horizontais, em que o fluxo de informações e a razão de ser da sociedade viriam das bases” (VICENTE, 2015, p. 288, tradução do autor).

Mas, quais seriam as características de um processo comunicacional voltado para a paz? O estudo de Salinas (2014, p. 63) traz as respostas em quatro tópicos: 1) Compreensão e reflexão sobre os problemas estruturais; 2) Debate sobre as alternativas de mudança social; 3) Reconhecimento da diversidade de opiniões, crenças, percepções e culturas; 4) Fomento de uma cidadania ativa e ciente das injustiças, que estimule a participação social nos processos de transformação. (Trad. do Autor)

Por meio destas análises, podemos compreender que a comunicação para a paz supera o modelo tradicional de construção noticiosa – *newsmaking* – e busca colocar em prática os preceitos básicos do jornalismo, com destaque para o compromisso social. Conforme Bordenave (1982), a principal função do jornalista é a de ser um comunicador social. Por isso, o que conduz a prática deste profissional é garantir soluções precisas às necessidades de pessoas reais, as auxiliando em suas tomadas de decisões. E isso apenas acontece a partir do fomento de uma consciência crítica estimulada, que seja capaz de motivar a ação transformadora.

Na ótica da comunicação para a paz, já não cabe ao jornalismo a alcunha de “espelho da realidade⁴”, que exige do profissional um distanciamento do fato para, em seguida, entregar como conteúdo um retrato preciso de determinada situação. O jornalista como ser social e construtor da cultura de paz deve superar os paradigmas da comunicação vista como produto e contribuir para a edificação de um pensamento crítico representado pelo público receptor. A construção noticiosa guiada pela comunicação para a paz é definida como Jornalismo para a Paz.

4. APRESENTANDO: O JORNALISMO PARA A PAZ

⁴ Traquina (2003) afirma que a Teoria do Espelho é uma das teorias do jornalismo mais antigas e que responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Neste sentido, o jornalista é, antes de tudo, um observador desinteressado, cuja missão é informar literalmente o que vê, contando o que aconteceu, doa a quem doer.

O termo *Peace Journalism* foi elaborado por Johan Galtung na década de 1970 como parte dos estudos para a paz, mas é apenas nos anos 1990 que as reflexões sobre esta prática jornalística se popularizam. O objetivo deste modelo de construção noticiosa é ir na contramão do chamado “jornalismo de guerra”, que se pauta na vitória de uns (“nós”) contra a derrota de outros (“eles”) (LYNCH; McGOLDRICK, 2007 apud CABRAL; SALHANI, 2017). Neste contexto, podemos refletir que a função do jornalista enquanto seletor de informações é privilegiar todas as vertentes dos fatos, buscando apresentar o cerne dos conflitos.

Dov Shinar (2008, p. 43) considera que o enquadramento jornalístico orientado para a paz visa à melhoria das representações da mídia, da construção da realidade e da consciência crítica. Por isso, a proposta deste tipo de jornalismo é promover uma ampliação dos assuntos que aborda, de modo a explorar os antecedentes e contextos da formação de conflitos, tendo como finalidade tornar transparentes as fontes da mídia, os processos e os efeitos. No jornalismo para a paz não existe espaço para a superficialidade.

Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000 p. 5) são referências nos estudos do jornalismo para a paz e possuem vasta experiência na cobertura jornalística de conflitos. Eles afirmam que “a abordagem do *Peace Journalism* fornece um novo roteiro para as coberturas, traçando conexões entre os jornalistas, suas fontes, as histórias que eles cobrem e as consequências de suas reportagens” (tradução do autor).

Este chamado “novo roteiro” se opõe à polêmica objetividade jornalística, de modo que o jornalista precisa ultrapassar as barreiras impostas pelo mercado e promover a contextualização dos fatos, conforme firma Salinas (2014, p. 65):

Dada a importância social de alguns temas é impossível e eticamente irresponsável não mostrar comprometimento e respaldar a sociedade no que se relaciona às violações dos direitos humanos e situações de exclusão. Em um jornalismo orientado para a paz o foco é o impacto social e a qualidade do conteúdo, que devem superar os interesses econômicos das próprias empresas jornalísticas (tradução do autor).

Esta vertente vai ao encontro da necessidade da comunicação voltada ao estímulo de uma cidadania cosmopolita, apontada por Nos Aldás (2010). Para a autora, é necessário repensar o modelo tradicional de comunicação, principalmente na sociedade atual, tão marcada pelo ritmo frenético de trabalho e pelo bombardeio midiático de informações sobre acidentes, agressões, tragédias e ameaças de todos os níveis.

A autora salienta que este contexto contemporâneo demanda novas formas de comunicar, que incentivem a sociedade civil a denunciar as injustiças, por meio de novas narrativas:

O mundo contemporâneo precisa de fórmulas discursivas originais e eficazes para evitar as consequências da desumanização no imaginário cultural; para conseguir que a sociedade se envolva nas alternativas, que resista a se deixar levar pela apatia, pela indiferença e que, definitivamente, não acabe perdendo a sua consciência de cidadania (NOS ALDÁS, 2010, p. 124).

No extremo do jornalismo para a paz está o jornalismo de guerra, que versa precisa e unicamente sobre o conflito em si. Mas, neste estudo, não vamos nos referir à guerra em sua semântica literal, como sendo o conflito entre dois grupos antagônicos, gerando vencedores e perdedores. Nos remeteremos ao jornalismo de guerra como aquele que realiza a cobertura de todos os tipos de situações que interferem sobre a paz positiva e que influenciam na qualidade de vida da população.

Consideramos o jornalismo de guerra aquele cujas pautas trazem reflexos de violência estrutural (desigualdades, fome, opressões etc) e cultural, que legitimam a violência direta (barbárie). Nosso foco é apresentar o jornalismo para a paz como um “novo” enquadramento possível, capaz de contribuir com a mudança das estruturas sociais. Shinar (2008, p. 44) reflete sobre o papel do jornalismo para a paz no processo de desenvolvimento de estruturas democráticas:

O jornalismo para a paz e a mídia voltada para a paz são essenciais para promover e encorajar o desenvolvimento das estruturas democráticas de comunicação. A combinação de tais estruturas com o jornalismo para a paz pode aumentar a eficácia de programas de desenvolvimento, reduzir a desigualdade socioeconômica, a corrupção e a exploração; além disso, incrementa o respeito social e o respeito pessoal para com os componentes mais fracos das sociedades em desenvolvimento.

O jornalismo de guerra é pautado apenas no conflito e em suas consequências. Tem como foco a elite e é orientado pela propaganda e para a vitória de um grupo sobre outro. O jornalismo para a paz, por sua vez, busca se pautar pela verdade e para a busca de soluções para os conflitos, além de ter como foco as pessoas, em sua totalidade. Johan Galtung realizou a comparação entre as duas formas de se fazer jornalismo, como apresentaremos na tabela 1, disponibilizada por Salinas (2014, p. 66, tradução do autor).

Jornalismo embasado na paz	Jornalismo embasado na guerra
1- Orientado para a paz/conflito	1- Orientado para a guerra

<ul style="list-style-type: none"> - Explora a formação do conflito, os atores, os objetos e diversas perspectivas. - Espaço e tempo aberto; causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura. - Transparência na apresentação dos conflitos. - Dá voz a todas as partes / Empatia. - Enxerga o conflito como problema e foca na criatividade. - Humanização de todas as partes. - Proativo: busca a prevenção do conflito antes que o mesmo ocorra. <p>Atenção aos efeitos invisíveis da violência (trauma, danos estruturais e culturais).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foco no cenário do conflito; há duas partes e um objetivo: a vitória de uma delas. - Espaço e tempo fechados; causas e consequências se restringem ao cenário, focando em quem atirou a primeira pedra. - Apresenta guerras de forma obscura. - “Nós x eles”, propagando, voz somente para nós. - A outra parte (“eles”) considerados como problema que predomina. - Atenção apenas aos efeitos visíveis da violência (morte, feridos, danos materiais)
<p>2- Orientado para a verdade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expõe as mentiras de todas as partes e revela o que se pretendia ocultar. 	<p>2- Orientado para a propaganda</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expõe inverdades sobre a outra parte encobre as próprias mentiras.
<p>3- Orientado para a sociedade civil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atenção ao sofrimento, concede voz aos sem voz (mulheres, crianças, idosos etc). - Identifica todos os malfeitores. - Atenção a todos os que promovem a paz. 	<p>3- Orientado para as elites</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atenção ao “nosso” sofrimento, tendo homens da elite como porta-vozes. - Identifica os próprios malfeitores. - Atenção às ações de paz das elites.
<p>4- Orientação para soluções</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paz = não-violência + criatividade. - Destaca as iniciativas de paz. - Atenção à estrutura e cultura de uma sociedade pacífica. - Consequências: resolução, reconstrução e reconciliação. 	<p>4- Orientação para a vitória</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paz = vitória + cessar-fogo. - Oculta as iniciativas de paz até que a vitória já tenha sido alcançada. - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada. - Busca por outras guerras.

Tabela 1- Comparações entre jornalismo de paz e jornalismo de guerra.

A tabela acima esclarece as características que diferenciam o jornalismo orientado para a paz e o jornalismo orientado para a guerra. E tão evidente quanto as divergências entre os dois modelos é a gama de possibilidades que podem guiar o jornalista no processo de construção de notícias.

O jornalismo para a paz supera a posição do profissional como *gatekeeper*⁵, conferindo a ele a função de *peacemaker*⁶, dada à responsabilidade social proposta pelo enquadramento, como aponta Hanitzsch (2007) citado por Cabral e Salhani (2017).

A orientação jornalística para a paz surge para atender às demandas de novos esquemas comunicacionais, pautados em outros valores, além dos mercadológicos. A história nos mostra que outros conceitos também foram surgindo, como alternativas para promover o que alguns autores chamam de “jornalismo do bem”, ou seja, aquele voltado a promover

⁵ Em tradução literal, significa “guardião do portão”. É o jornalista visto como o “seletor” dos conteúdos que serão divulgados para o público. O profissional visto como o verdadeiro “portal” por onde passam as informações. Deixá-las entrar ou não é a função do jornalista.

⁶ O jornalismo para a paz confere ao profissional o status de contribuidor da construção de uma sociedade de paz.

melhoria das condições de vida das pessoas, tais como: *civic journalism*, jornalismo social e jornalismo preventivo. Há, portanto, a abertura para pesquisas que analisem o contexto atual de *newsmaking* sob diferentes óticas.

5. APLICAÇÕES PRÁTICAS E METODOLÓGICAS

Como vimos, o jornalismo para a paz traz novas possibilidades de enquadramentos referentes às coberturas de conflitos. Giró (2012) apud Cabral e Salhani (2017, p. 9) apresenta alguns pontos que destoam desta prática jornalística, que são: a superficialidade, a simplificação e a demonização. É, portanto, um fazer jornalístico que apresenta a pormenorização dos fatos narrados, mostrando seus antecedentes (o que originou o conflito), dando voz a todos os atores envolvidos (e não apenas às fontes oficiais) e apresentando possibilidades de mudanças efetivas, com estímulo à atuação social, em detrimento da construção de arquétipos como o bem e o mal.

Entretanto, no contexto da práxis jornalística contemporânea, encontramos o primeiro problema no que tange ao chamado *dead line*⁷. A limitação de tempo restringe a apuração minuciosa dos fatos e, conseqüentemente, desencadeia o risco da superficialidade. É necessário, neste sentido, repensar o modelo de produção noticiosa. Uma das soluções que podemos apontar é, por exemplo, conceder voz a todos os envolvidos em um determinado conflito. Não falamos em ignorar as fontes oficiais, mas sim, buscar a multiplicidade de pontos de vista, para que o público receptor tenha o conhecimento sobre todos os lados do fato. Os preceitos apresentados por Galtung na tabela 1 são eficazes para a construção de um jornalismo pautado nos preceitos da paz.

Em coberturas de tragédias, por exemplo, em vez de dar foco apenas ao cenário do conflito, com imagens sensacionalistas e depoimentos restritos às desgraças e danos, o jornalismo voltado para a paz sugere que o profissional apresente a contextualização dos fatos que ocasionaram a tragédia. O jornalista pode, em um contexto conflituoso, abordar os traços de violência estrutural e cultural que permeiam o fato, deixando em segundo plano a pura violência direta.

As diretrizes do jornalismo para a paz também são frutuosos caminhos para as pesquisas científicas na área do jornalismo e podem se aliar às metodologias como análise discursiva, análise de conteúdos e de enquadramentos.

⁷ Significa o horário-limite das redações para que os conteúdos sejam finalizados para a edição seguinte. Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 03, n. 01, p. 2-15, jan/jun. 2018.

Como prática metodológica do jornalismo para a paz, Cabral e Salhani (2017, p. 14) apresentaram a proposta capitaneada por McGoldrick e Lynch. Com o objetivo de investigar se as notícias promoveriam a paz ou exaltariam a violência em contextos de conflitos, os autores elaboraram uma análise de notícias que tiveram como base os conceitos do *Peace Journalism* apresentados por Galtung. Criaram sete categorias, subdivididas em dois grupos: categorias de aproximação (contextualização; efeitos do conflito; orientação a pessoas comuns; e pluralidade de vozes) e categorias de linguagem (linguagem vitimizadora; linguagem estimuladora do medo; emotividade).

Como *case* brasileiro, temos a dissertação de mestrado de Lisiane Wandscheer (2008), que analisou a cobertura jornalística do crime organizado nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* com base nos preceitos do jornalismo para a paz. Por meio de análise de conteúdo de uma amostra de matérias que tratavam da temática, a autora verificou que em duas das quatro categorias analisadas havia preponderância do jornalismo para a paz e, nas outras duas, predominava o jornalismo de violência.

Estas pesquisas abrem novas perspectivas para o estudo das ciências da comunicação, com foco na construção jornalística.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos nos mostram que o exercício do jornalismo para a paz ainda tem um longo caminho a ser percorrido. No contexto atual, sobretudo no Brasil, o que percebemos é uma tendência maior no que se refere ao jornalismo de violência, principalmente a direta, que se apropria do conflito propriamente dito. Urge uma práxis jornalística que se dedique a contextualizar a centralidade dos conflitos emanados por violência de nível estrutural e, principalmente, cultural.

Alguns elementos da construção noticiosa para a paz proposta por Galtung podem ser observados em determinadas coberturas da grande imprensa, mas ainda não é uma constante. Os elementos do jornalismo para a paz servem, portanto, como uma alternativa capaz de guiar a prática profissional jornalística, pelo fato de que os enquadramentos jornalísticos consistem em escolhas de enfoques, entrevistados, imagens, linguagem, etc. É possível a realização de coberturas mais densas, contextualizadas e capazes de gerar reflexões críticas e uma nova narrativa.

Metodologicamente, o jornalismo para a paz abre importantes perspectivas de estudos, constituindo-se como um manancial de possibilidades para novas pesquisas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA Geral das Nações Unidas. Artigo 7º da Resolução A/RES/53/243 de 1.999. Disponível em <[http:// goo.gl/Y22DPh](http://goo.gl/Y22DPh)>. Acesso em: 03 maio 2018.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é comunicação. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. E-compós, Brasília, v. 20, 2017. Disponível em:< <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371>> Acesso em: 25 abr. 2018.

GALTUNG, Johan. Violencia cultural. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

LÓPEZ BECERRA, Mário Hernán. Reflexiones sobre las desigualdades en el contexto de los estudios de paz. *Revista Paz y Conflictos*, Granada, Universidad de Granada, 2011.

McGOLDRICK, Annabel; LYNCH, Jake. Peace Journalism – What is it? How to do it? 2000. Disponível em: < <http://goo.gl/YSMTuj>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MEDINA, Cremilda de Araújo. Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1998.

NOS ALDÁS, Eloísa. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita. In: JALALI, Vahideh R.R (org.) Estudos para a paz, Aracajú: Editora Criação, 2010.

PUREZA, José Manuel. Estudos sobre a paz e cultura de paz. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura de Paz”, n. 95/96, p. 33-42, Lisboa, 2000.

SALINAS, Alex Iván Arévalo. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio. *Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS*, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014. Disponível em <<https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3075/2856>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SHNAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. *Líbero*, ano XI, n. 21, p. 39-48, 2008.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

VICENTE, Maximiliano Martín. Comunicación y paz activa: um diálogo posible. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 38, n. 1, p. 275-292, 2015. Disponível em:< <http://goo.gl/cjDBxd>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 03, n. 01, p. 2-15, jan/jun. 2018.

WANDSCHEER, Lisiane. Análise da cobertura jornalística do crime organizado nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* com base no jornalismo para a paz. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2018. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2111>>. Acesso em: 02 maio 2018.

WIBERG, Håkan. Investigação para a paz: passado, presente e futuro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, p. 21-42, 2005.